

## Ata da Reunião do Conselho

ATA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA.

Aos quinze dias de fevereiro de dois mil e cinco, às 9h em primeira convocação, com qualquer número de Conselheiros presentes, na Sala de Reuniões da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, à Rua Pedro Ivo, número 750, 5º andar, nesta Capital. Estiveram presentes os seguintes conselheiros governamentais: Vera Lúcia Raggioto (Instituto de Ação Social do Paraná – IASP); Isabel Cristina Reis (Secretaria de Estado da Educação - SEED); Elyane Neme Alves (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL) e suplente Heloísa Arns Neumann Stutz (SEPL); Denise R. Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e promoção Social - SETP); Lenir Aparecida Mainardes da Silva e suplente Maria Leonor Zanella (SETP); Jucimeri Isolda da Silveira (SETP); Manuel Nunes da Silva Neto (SETP); Elza Maria Campos (SETP); Maria Iolanda de Oliveira (SETP). Conselheiros da Sociedade Civil Organizada: Juliana Molinari (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS); Denize Diniz (Conselho Regional de Serviço Social – CRESS Guarapuava); Jaime Bonato (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Apae Dois Vizinhos) Eliane Amarilha de Souza (Associação Brasileira de Educação e Cultura ABEC – Ponta Grossa); Terezinha de F. Inocente Bitencourt (Associação de Pais e Amigos Apae Bela Vista do Paraíso); Moisés Araujo Coelho (Associação dos deficientes Físicos de Cornélio Procópio - ADECOP); Plínio Marcondes Madureira (Associação dos Funcionários Públicos Municipais de Jacarezinho); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho); Angela Carvalho Kotsubo (APAE de Paranaíba); Jovelina Morteau Borghi (Associação dos Fissurados Lábio Palatal – AFIM de Maringá) e suplente Therezinha Correia Maciel Barbosa (APMI de Ourizona); Gisely Medina (Conselho Regional de Serviço Social - CRESS); Maria Aparecida Melo M. Tamparowsky (Programa do Voluntariado Paranaense – Provopar Assis Chateaubriand); José Carlos Neves da Silva (Sindicato dos Empregados do Comércio – Foz do Iguaçu). O Presidente, José Carlos Neves da Silva, saudou e deu as boas vindas a todos.

1. Aprovação da pauta; Em seguida submeteu a pauta para a aprovação da plenária. A pauta foi APROVADA da seguinte forma: 1 – Aprovação da pauta; 2- aprovação da ata da última reunião; 3 – Informes da Secretaria Executiva dos Conselhos; 4 – Avaliação da capacitação do SUAS; 5 – Aprovação dos relatórios das Comissões; 6 – Conferência Estadual; 7 – Relatório de Comprimento de objeto – 2002; 8 – Representação do Fórum de Curitiba e Região Metropolitana no CEAS; 9 - Processo (8.389.422-9) da Procuradoria da República no Estado do Paraná; 10 – Informes Gerais. Após a leitura da pauta, o conselheiro Plínio informou à plenária que era a sua última reunião no Conselho, tendo em vista que não fará mais parte da ação social, pois foi transferido de setor. Informou também que a princípio a sua entidade será representada pela conselheira suplente Dulcilene Pires Cardoso. Deixou um abraço a todos e agradeceu pelo companheirismo demonstrado pelos demais conselheiros. O Presidente em nome do Conselho disse reconhecer o trabalho do conselheiro realizado no CEAS-PR.

2. Aprovação da Ata da reunião Plenária realizada em 13/12/2004; O Presidente submeteu para aprovação da plenária a ata da reunião plenária ordinária do mês de dezembro de 2004. Após a análise dos conselheiros a ata foi APROVADA.

3. Informes da Secretaria Executiva; A Sra. Maria Lúcia Massuchetto procedeu a apresentação dos Informes da Secretaria Executiva dos Conselhos. Entre eles, a justificativa de ausência da conselheira Maria Joseane Fronczak da Cunha (PGE) e da conselheira Eva M. L. Leonel (ACODETI – Cornélio Procópio). Informou também que foram recebidos 400 exemplares de LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social e 235 de PNAS – Plano Nacional de Assistência Social. Recebeu o ofício da Secretaria Municipal de Saúde, no qual informa que o hospital Nossa Senhora das Graças e o Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Fátima solicitaram o descredenciamento junto ao SUS, ou seja, não se enquadram dentro dos critérios de hospitais filantrópicos. Em seguida, informou que os conselheiros com direito à hospedagem, terão quatro refeições por reunião e duas diárias. Em relação aos exemplares da LOAS e PNAS, a conselheira Denise Colin sugeriu que o CEAS

encaminhasse um ofício ao CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, solicitando um número maior de exemplares e posteriormente, o material fosse encaminhado aos CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social, informando que os exemplares serão utilizados na Conferência Estadual. Quanto a informação do descredenciamento dos hospitais, a mesma sugeriu que essa informação fosse repassada ao CNAS. As propostas de encaminhamentos foram APROVADAS.

4. Avaliação da Capacitação sobre o SUAS (Sistema Único da Assistência Social); O conselheiro José Cícero informou que em reunião dos conselheiros não governamentais foi pautado a avaliação da capacitação sobre o SUAS. Consideraram a capacitação mais informativa do que formativa. A conselheira Denise Colin argumentou que era o início de repasse dos conteúdos em construção. Falou da dificuldade na organização, tendo em vista a demora para a aprovação do projeto. O conselheiro Plínio falou da importância da capacitação, considerando que os membros da Comissão de Políticas Básicas discutiram que não está se evidenciando como será o SUAS no município, tendo em vista as competências das esferas de governo. A conselheira Iolanda ponderou que o Plano de Capacitação foi apreciado pelos conselheiros e que poderá sofrer alterações. Informou, ainda, que os conselheiros participarão da segunda etapa de capacitação. O plano sofrerá adequação e será apresentado na próxima reunião. A conselheira Terezinha sugeriu que os conselheiros repassassem as sugestões à Comissão durante a realização dos módulos. A conselheira Denise Colin sugeriu que a reunião do mês de março fosse realizada nos dias 10 e 11, sendo que no dia 11 seria realizada a capacitação. Sugeriu também que esteja presente um representante de cada Escritório Regional. Foi sugerido que após a reunião os conselheiros definiriam a data do próximo módulo de capacitação, bem como discutiriam os seus conteúdos conforme avaliação realizada.

5 – Apresentação dos relatórios das Comissões; Relatório da Comissão de Gerenciamento do Fundo Estadual da Assistência Social – FEAS. O Sr. Divo José Molinari, Chefe do Grupo do Planejamento Setorial –GPS da Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social – SETP, apresentou os valores disponíveis para a área da Assistência Social. Após a apresentação, o Chefe do GPS, agradeceu a colaboração dos conselheiros. O Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade do Sr. Divo. Na seqüência, a conselheira Jovelina procedeu com a leitura do relatório da Comissão do FEAS, (anexo I). Após APROVAÇÃO do relatório, foi APROVADO a sugestão de elaboração do plano de implantação dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, nos demais Municípios e a elaboração de RESOLUÇÃO sobre critérios para o funcionamento do CRAS e co-financiamento com recursos do FEAS após a constituição da receita. O conselheiro José Cícero fez questão de registrar que no documento enviado pela SETP aos Municípios consta “implantação dos CRAS (Casa da Família)”. E sugeriu que fosse suprimido o nome “casa da Família”, por se tratar de um nome dado ao Programa de Habitação deste governo e que seja colocado só o nome CRAS, por se tratar de uma construção do SUAS exclusivamente. Em seguida, em relação aos recursos da COPEL depositados do FEAS, DELIBEROU-SE que seja destinado recurso para os conselhos municipais, além dos CRAS, para garantir a estrutura de informática. A conselheira Denise Colin informou que na próxima reunião estará disponibilizando a relação dos Municípios referente a situação de informatização de cada um. Na seqüência, a conselheira Angela apresentou o relatório da Comissão de Comunicação (anexo II). A Comissão informou que na próxima reunião do Conselho a CDI/SETP – Coordenadoria de Desenvolvimento Integrado, apresentará um modelo de logomarca para a apreciação do Conselho. Em seguida, APROVOU-SE também que o Conselho irá propor resolução do CEAS aos CMAS sobre a constituição da Comissão Municipal do CAD ÚNICO e Bolsa Família nos termos de resolução 021/05 da SETP. Os documentos emitidos pelo CEAS deverá conter somente a logomarca do Conselho, sendo retirada a logomarca do Governo do Paraná no timbre; deverá ser enviado boletins ao CNAS e aos CMAS, para que os mesmos tenham conhecimentos acerca dos trabalhos deste Conselho. A Comissão sugeriu também que todos os CMAS sejam convidados para a reunião ampliada do CNAS, a realizar-se em Curitiba nos dias quatro e cinco de abril, do corrente ano. A SETP subsidiará os gastos de hospedagem, alimentação e transporte dos conselheiros estaduais titulares e dois representantes por Fórum Regional, sendo um governamental e um não governamental. O setor indicado

para fazer a articulação junto a SETP foi a CDI, Coordenada pela Sr. Maria Iolanda de Oliveira. Quanto ao encaminhamento de ofícios aos Fóruns regionais, acerca do número de componentes do CEAS, a conselheira Denise Colin se responsabilizou em fazer a redação do ofício e em seguida encaminhar à Secretaria Executiva dos Conselhos, com o objetivo de articulação e movimento de composição das representações de cada município (governamental e não governamental) dos Fóruns Regionais e da Secretaria Executiva do Foreas. Para que o encaminhamento ocorra, a proposta da Câmara foi convidar a Secretaria Executiva do Foreas para participar da reunião do CEAS no mês de maio, para que sejam discutidas alternativas de articulação; a reunião do mês de abril do CEAS não acontecerá, tendo em vista a reunião ampliada do CNAS. A conselheira Denise Colin informou também que a SETP financiará as despesas dos conselheiros titulares governamentais e da sociedade civil e, na impossibilidade de seu comparecimento, financiará a participação de seu suplente, assim como a participação de um representante do Escritório Regional, equipe técnica do IASP – Instituto de Ação Social do Paraná e da SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, bem como, de um representante por fórum regional, pois são responsáveis pela implementação da política. A conselheira Elza sugeriu que ao invés de subsidiar a participação dos representantes governamentais, sugeriu que fosse priorizado o pagamento das despesas dos representantes não governamentais. A conselheira Jucimeri fez questão de registrar que o Paraná é o único Estado que estrutura a representação não governamental e governamental correlacionando segmentos e regiões. Na seqüência, foi consenso de todos os presentes de que o Estado pagará 50% da representação da sociedade civil e 50% dos governamentais do Foreas (transporte, hospedagem e alimentação), ficando o indicativo que se dê preferência à Sociedade Civil. Após, o relatório da Comissão foi APROVADO. Dando continuidade à pauta, passou-se para a apresentação do relatório da Comissão de Documentação e Cadastro, (anexo III). O relator foi o conselheiro Manoel. A Comissão propôs que sejam encaminhados os documentos do CEAS sobre os critérios de partilha, a portaria 736/04 do MDS e a Nota Técnica de dezembro de 2004 da SETP aos CMAS; A Comissão também sugeriu três situações de fluxos de documentos: 1) Quando o documento que chega à Secretaria Executiva tem caráter de gestão do sistema, deve ser enviado para o órgão gestor estadual para resposta; 2) Quando o documento exige resposta com prazo definido do CEAS, que seja encaminhado aos conselheiros governamentais para análise e elaboração de minuta, que será submetida aos demais conselheiros da comissão responsável, com vista a resposta do CEAS dentro dos prazos exigidos; 3) quando o documento exigir resposta do plenário do CEAS, que seja encaminhado para as reuniões ordinárias. Em relação aos procedimentos para inscrição e cadastro (mapeamentos de experiências e proposição para o CNAS), a Comissão sugeriu as seguintes providências para cadastro de entidades e fiscalização: que o CEAS encaminhe cópia dos critérios de partilha e reordenamento da rede ao CNAS como sugestão; que sejam seguidas as disposições das resoluções de nº 016, 017 e 018 de 2004 para os procedimentos de inscrição, cadastro e fiscalização; que seja elaborado um “check list” dos critérios exigidos para cadastro no órgão gestor estadual, acrescido dos serviços de média e alta complexidade prestados pela entidade que solicita o cadastro. Em seguida, a conselheira Iolanda sugeriu que caso algum conselheiro ter um modelo de cadastro, poderia enviar à CDI para subsídio. Na oportunidade, a Sr.ª Maria Lúcia Massuchetto, Secretária Geral da Secretaria Executiva do Conselhos, solicitou que após a apresentação do relatório das Comissões, fosse definido um membro de cada Comissão para expor à Secretaria Executiva o que é demanda de caráter de iniciativa da Secretaria Executiva e o que deveria ser embasado pelos conselheiros. Após as exposições o relatório foi APROVADO. Em seguida, passou-se para a apresentação do relatório da Comissão de Políticas Básicas, (anexo IV) a relatora foi a conselheira Juliana. Após a apresentação da conselheira, a conselheira Denise Colin fez questão de registrar que a SETP encaminhou orientação aos Escritórios Regionais para os Municípios que não concluíram e, ou não, iniciaram o relatório de gestão, providenciassem uma justificativa do não preenchimento do relatório de gestão no sistema, para que no mês de abril o Município regularize a sua situação. Após, foi APROVADO que o Conselho fará uma carta ao MDS pedindo um prazo para o preenchimento do relatório tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos Municípios

em relação ao preenchimento do relatório. Em seguida o relatório foi APROVADO, bem como a data de alteração da próxima reunião que acontecerá nos dias dez e onze de março.

6 - Organização para a Conferência Estadual de Assistência Social; A conselheira Iolanda, informou que a Conferência será realizada no mês de outubro, no Centro de Convenções de Curitiba. Na seqüência, a mesma expôs que o trabalho da Comissão Organizadora da Conferência é de orientar as Conferências Regionais, trabalhar o regimento interno da conferência, divisão de vagas por regional para a conferência, orientar o processo de eleição para os conselheiros não governamentais do CEAS e toda parte logística da Conferência. Em seguida, informou a composição da Comissão organizadora da Conferência Estadual pelos conselheiros da sociedade civil: Maria Aparecida Tamparowski, Juliana, Terezinha, José Cícero, Angela. Conselheiros Governamentais: Manoel, Elza, Vera, Iolanda e conselheira Izabel.

7 - Relatório de Cumprimento de Objeto/2002 - conselheira Lenir; A conselheira Lenir informou que Brasília já está solicitando o relatório de Cumprimento de objeto do Programa Debate em Família do ano de 2002. A mesma afirmou que solicitou esse item na pauta, porém, quando verificou a documentação, achou melhor solicitar mais um tempo para a exposição, tendo em vista que está com dificuldades em localizar alguns materiais e convocar o técnico responsável pelo programa de gestão anterior.

8 - Representação do Fórum de Curitiba e região Metropolitana no CEAS; A conselheira Iolanda sugeriu que esse assunto fosse ponto de pauta para a próxima reunião, pois não houve reunião do FOREAS. Foi feito contato com o Escritório Regional de Curitiba onde foi informado que não houve tempo hábil para, em reunião, referendar um representante para participar da reunião no CEAS. A conselheira Denise Colin sugeriu como ponto de pauta da próxima reunião uma análise sobre conflito de competência entre CIB e CEAS, no que se refere ao fluxo. Na seqüência, a conselheira Gisely informou que era a sua última reunião no Conselho, porque agora ela está no governo e, portanto, perde a sua vaga de conselheira representante da sociedade civil e estará indicando outros representantes do Fórum. Em relação a representação do Fórum de Curitiba, foi APROVADO que esse item também será ponto de pauta da próxima reunião.

9 - Procuradoria da República no Estado do Paraná/processo 8.389.422-9; O Presidente informou que o Conselho recebeu ofício 057/2005 do Ministério Público, em relação a auditoria que foi feita no Conselho, onde o mesmo cita que foi encontrado irregularidade no relatório do Tribunal de Contas da União e solicitaram esclarecimentos e relatórios que comprovem a existência de fiscalização da gestão dos recursos Públicos Federais repassados às entidades assistências conveniadas ao Conselho. Os Conselhos auditados foram: CEAS, CMAS de Curitiba, CMAS de Irati e CMAS de Rebouças. A conselheira Denise Colin propôs as seguintes sugestões de encaminhamento: primeira: o CEAS não tem nenhum convênio com Entidades em relação aos recursos federais, por isso sugeriu que o CEAS encaminhe um ofício esclarecendo que os trezentos e noventa e oito Municípios são de gestão Municipal, os quais estando com habilitação provisória, como é que gerenciam os recursos financeiros e que tipo de controle que o Conselho tem. Quanto ao PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, Sentinela e o Bolsa Família, existem Comissões de acompanhamento. A conselheira sugeriu que o Conselho relacione as Comissões que são responsáveis por esse monitoramento, anexar o relatório das últimas reuniões das Comissões, anexar resolução do Conselho onde consta a criação dessas Comissões Municipais para o Bolsa Família. Em relação aos problemas dos CMAS citados no ofício, a mesma sugeriu que fosse encaminhado cópia dos ofícios a eles para que prestem contas. Mesmo que os referidos Municípios tenham recebido, cabe ao CEAS oficializar. Sobre os procedimentos de monitoramento e avaliação, a conselheira Denise Colin informou que o CEAS não tem mesmo ações definidas e propôs que fosse feito o reordenamento da Rede e constituição dessas Comissões Regionais com os conselheiros, Fórum e com os Escritórios Regionais da SETP, juntamente com instrumento técnico que vai auxiliar na fiscalização. O conselheiro Manoel sugeriu que os encaminhamentos propostos pela conselheira Denise Colin, fossem disponibilizados no site do Conselho. Na seqüência, o Presidente sugeriu constar o desrespeito por parte dos gestores com os Conselhos. A conselheira Denise

Colin informou que fará um esboço dos encaminhamentos e fará o possível para apresentar na próxima plenária. Os encaminhamentos da conselheira Denise Colin, do Presidente e do conselheiro Manoel foram APROVADOS.

10 - Informes Gerais;

O Presidente informou que, devido aos estudos e problemas com faltas, não poderá continuar na Presidência do Conselho, mas permanecerá como membro. O mesmo informou também que todos os não governamentais estariam aptos ao cargo de presidência. Em seguida, informou que em reunião entre os não governamentais foi decidido que a conselheira Terezinha de Fátima Inocente Bittencourt, ocupará a Presidência do Conselho. O conselheiro Manoel sugeriu que esse caso fosse encaminhado ao jurídico para uma análise, pois quem assume a Presidência na ausência do Presidente é o Vice-Presidente. O Presidente informou que em seu ponto de vista não haveria problema algum, pois a Presidência é por segmentos como consta no Regimento Interno, porém, em todo caso, consultarão a assessoria Jurídica do Conselho. Após, o Presidente expôs a situação da regional de Ponta Grossa. O mesmo esclareceu que a regional era representada pelo conselheiro Almir da Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC e, em reunião anterior, houve a informação que o conselheiro teria sido substituído pela conselheira Eliane Amarilha, representante da mesma Entidade, porém, a conselheira tem residência em Curitiba e, de acordo com os conselheiros a vaga no Conselho é da regional, ou seja, a região de Ponta Grossa. A conselheira Eliane informou que a vaga é da entidade e que em, consulta ao representante jurídico da Secretaria Executiva, o mesmo informou que não havia problema algum da conselheira residir em Curitiba. O conselheiro José Cícero sugeriu que o Conselho elabore uma carta a ABEC solicitando um representante da regional de Ponta Grossa, expondo a situação do Conselho. O Presidente solicitou que, quando ocorrer alguma situação parecida, a Secretaria Executiva dos Conselhos, primeiramente, deve consultar a posição do Conselho. Na seqüência, a conselheira Elza sugeriu que o Conselho elaborasse uma moção de apoio às medidas tomadas pelo Ministério da justiça em Anapu-PA, onde ocorreu o assassinato da Irmã Dorothy Stang. O conselheiro Manoel sugeriu também que fosse enviado um ofício à CNBB e à congregação religiosa a qual ela pertencia. A sugestão da conselheira Elza foi APROVADA. A presente ata foi digitada por Marli Ferreira Ramos, auxiliar da Secretaria Executiva dos Conselhos/SETP, lavrada por mim, Maria Lúcia Massuchetto, Secretária Geral dos Conselhos e, depois de lida e aprovada, terá anexada a cópia da lista assinada pelos conselheiros presentes nesta reunião.

Anexo	I:	Gerenciamento	do	Fundo	14/02/05
PRESENTE:					
ENTIDADE			NOME		ASS.
SINECOFI		José		Carlos	
ECT		José		Cícero	
APAE		Terezinha		Bittencourt	
APM			Denise		
APMI		Terezinha		Bastos	
SEPL		Elyane		Alves	
SETP		Jucimeri		Silveira	

RELATÓRIO:

1.

- Foi apresentado pela conselheira Jucimeri a proposta de implantação do SUAS no Paraná, que foi aprovada pelo governador. Será feito lançamento em março com a presença do Ministro Patrus Ananias. O plano prevê a implantação em 22 municípios com recursos da função programática da SETP.
- A comissão sugere a elaboração de um plano de implantação dos CRAS nos demais municípios, considerando as especialidades (pessoal, manutenção, capacitação, etc...). Sugere ainda, a elaboração de resolução sobre critérios para o funcionamento do CRAS e co-financiamento com recursos do FEAS após a constituição de receitas.
- A comissão propõe a ampliação do prazo previsto para que os 22 municípios assumam o pagamento de pessoal, tendo em vista a baixa capacidade de gestão.
- O orçamento da Assistência Social para 2005 foi apresentado pelo Divo, do

Planejamento. O mesmo ressaltou que 70% dos recursos da SETP são executados na Assistência Social e que o FEAS é a única unidade orçamentária que não tem execução financeira, por falta de regulamentação de receitas. Os recursos orçamentários para a Assistência Social totalizam 71.404.724 (anexo).

- A comissão decidiu intensificar as estratégias políticas para regulamentação das receitas para este ano. Já foi solicitada a agenda com o Presidente Hermas Brandão que iniciou as atividades, na data de hoje.

- Em relação aos recursos da Copel, decidiu-se que seja destinado recurso para os conselhos municipais, além dos CRAS, para a garantia de infra-estrutura.

- Sobre a regulamentação do fundo de Combate e Erradicação da Pobreza na esfera municipal, decidiu-se pela formatação de um modelo de projeto de lei, para ser negociado no município, garantindo-se a vinculação do Fundo no conselho de Assistência Social para focalização e controle social.

- Em relação aos recursos da função programática da assistência social do exercício, e a proposta de execução para 2005. Os recursos não foram autorizados devido o prazo. Divo se comprometeu em concluir o estudo sobre a função programática nas demais secretarias.

Anexo II: Comunicação, articulação e mobilização 14/02/05  
PRESENTES:

PRESENTES:

ENTIDADE	NOME			ASS.
APAE	Angela	Carvalho	Kotsubo	
APAE	Jaime	Manoello	Bonato	
SETP (CDI)	Patrick	B.	R. Pereira	
SETP (CEP)		Ulises	Lot	
SETP (NUCLEAS)	Denise	R.	Arruda	Colin

RELATÓRIO:

1.

- Propor resolução do CEAS aos Conselhos Municipais de Assistência Social sobre a Constituição da Comissão Municipal do CAD ÚNICO e Bolsa Família nos termos de resolução 02/05 da SETP em anexo.

- Calendário para capacitação